



<https://doi.org/10.51880/ho.v29i1.1692>



Religiões e religiosidades a partir da História Oral: entrevista com Caroline Jaques Cubas

Diego Omar da Silveira*

ORCID iD 0000-0001-6835-3417

Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Resumo: Entrevista com Caroline Jaques Cubas, sobre os desafios de estudar as religiões e religiosidades no Brasil a partir da História Oral ou, pelo menos, em estreita relação com as possibilidades abertas pelas narrativas e tradições orais nesse campo. A partir da trajetória da entrevistada e de seus principais trabalhos e temas de pesquisa – com destaque para a vida religiosa feminina e o catolicismo brasileiro nas últimas décadas – esta conversa busca apontar tarefas – várias delas coletivas – que ainda conclamam a comunidade historiadora, como a preservação das entrevistas realizadas no âmbito de nossos projetos de pesquisa e a produção de acervos, amplos e acessíveis, capazes de assegurar às novas gerações as memórias religiosas de “fiéis de outros tempos”.

Palavras-chave: religiões; religiosidades; História Oral.

Religions and Religiosities from an Oral History perspective: interview with Caroline Jaques Cubas

Abstract: Interview with Caroline Jaques Cubas on the challenges of studying religions and religiosities in Brazil through Oral History or, at least, in close connection with the possibilities opened by narratives and oral traditions in this field. Based on the interviewee's trajectory and her main works and research themes – highlighting female religious life and Brazilian Catholicism in recent decades – this conversation

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professor adjunto no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Presidiu a Associação Brasileira para a Pesquisa e História das Religiões (ABHR) entre 2019 e 2021 e coordenou a Regional Norte dessa mesma Associação entre 2016 e 2018. Foi também presidente da Seção Amazonas da Associação Nacional de História (ANPUH) no biênio 2022-2024. É membro da Rede de Pesquisa: História e Catolicismo no mundo contemporâneo e coordenador do Laboratório de Estudos das Festas, Folclores e Tradições (LABFEST-UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

seeks to point out tasks, many of them collective, that still call upon the historical community, such as preserving interviews conducted within our research projects and producing broad, accessible archives capable of ensuring for new generations the religious memories of “believers of other times.”

Keywords: religions; religiosities; Oral History.

Caroline Jaques Cubas é professora associada do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória). Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com um estágio de pesquisa realizado na Université Rennes 2. Foi uma das vencedoras do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas de 2015, promovido pelo Arquivo Nacional, que resultou na publicação de seu livro *Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018). É pesquisadora associada da Rede História e Catolicismo (RHC), da Associação Nacional de História (ANPUH), da Associação Brasileira de Pesquisa de Ensino de História (ABEH) e da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Atualmente, é diretora regional Sul da ABHO (2024-2026) e pesquisadora dos grupos “Ensino de História, memória e culturas” (CNPQ/UDESC) e “Memória e Identidade” (CNPQ/UDESC). Em suas pesquisas, a História do Tempo Presente se cruza com a História das Religiões e Religiosidades, o Ensino de História e a formação de professores de História. Também merecem destaque suas discussões sobre gênero e religião e sobre memórias da ditadura civil-militar no Brasil, em especial as formas pelas quais grupos religiosos e Igrejas enfrentaram com as políticas de repressão dos governos militares. Nessa perspectiva Caroline Cubas coordena os projetos de pesquisa “As mães *bas-bleu*: religião, política e moral na ditadura e redemocratização em perspectiva transnacional (Brasil, 1959-1988)” e “Democracia, justiça e autoritarismo no tempo presente: limites políticos e sociais da construção democrática brasileira sob variadas escalas de análise (1960-2016)”.

Diego Omar – Caroline, queria começar fazendo um convite para que você revisitasse sua trajetória como historiadora, nos contando um pouco da sua história e de como foi desenvolvendo o seu interesse por temas relacionados às religiões e religiosidades?

Caroline Cubas – Início agradecendo o convite e a oportunidade. É uma grande alegria compartilhar percalços e experiências de pesquisa e falar sobre temas de interesse comum. Penso que é sempre um desafio visitar e contar nossa trajetória. Voluntária ou involuntariamente, acabamos fazendo escolhas e selecionando, em nosso presente, aquilo que parece fazer sentido. Dito isso, o interesse pelas religiões e religiosidades antecede meu ingresso na universidade, sendo uma questão de apelo pessoal, antes mesmo de se configurar como tema de pesquisa. Em minha família, convivia tanto

com o catolicismo quanto com o espiritismo Kardecista. Lembro de uma convivência pacífica e dialogada, entremeada por ironias inofensivas. No caso do catolicismo, minha lembrança mais vívida diz respeito a liturgia (que penso ser bastante compreensível), e no caso do Kardecismo, lembro da exigência de estudo das obras de codificação da doutrina.

Havia, também, tensões. Particularmente porque minha formação escolar foi quase integralmente realizada em um colégio católico, dirigido por uma congregação religiosa feminina. A ritualística católica era bastante presente no colégio e daí uma primeira memória de fundação de meu interesse pela vida religiosa feminina como tema de pesquisa. Lembro vividamente da imagem de religiosas, vestindo os hábitos da congregação e caminhando pelos corredores da escola. Havia a diretora, a professora de matemática e a professora de piano. Nunca tive aulas de piano, mas ela estava lá. Para mim, eram entidades. Já na graduação, cursada na Universidade do Vale do Itajaí, integrei um grupo de pesquisa, coordenado pelo professor Luiz Felipe Falcão, dedicado às questões da imigração e construção de identidades, particularmente a italianidade. Uma das atividades do grupo consistia na realização de entrevistas e, nestas, o catolicismo era sempre um elemento referenciado.

Após a graduação dediquei alguns anos ao trabalho docente, em escolas públicas e privadas na cidade de Itajaí. Retomo as pesquisas na ocasião de uma especialização, realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi neste momento que a vida religiosa feminina se materializou como tema, através de um feliz encontro com uma colega de turma, a historiadora e professora da Educação básica Onice Sansonowicz, que havia passado pela experiência do aspirantado na Congregação das Irmãs Imaculada Conceição. As conversas sobre a experiência, somadas a coincidência de se tratar da mesma congregação que dirigia o colégio no qual eu havia estudado fizeram com que a curiosidade fosse apurada em tema de pesquisa. A pesquisa foi bastante incentivada por minha orientadora na especialização, a professora Marlene de Fáveri, e seguiu para o mestrado, sob a orientação do professor Rogério Luiz de Souza, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Na época, meu interesse voltava-se à formação religiosa. Aos meandros do processo formativo, ao que motivava a busca por uma congregação e aos temas que eram estudados, os conteúdos, os tempos. Concluída a dissertação e após alguns anos atuando como professora de história em um outro colégio católico, volto ao doutorado com o tema da vida religiosa feminina, sob a orientação da professora Cristina Scheibe Wolff, que, na época, coordenava um grande projeto sobre gênero e ditadura militar. O vínculo a este projeto foi importante no sentido de orientar minhas pesquisas, que eram a princípio sobre formação religiosa, para a questão da atuação político-social no contexto da ditadura militar. Tenho me dedicado à esta questão nos últimos 10 anos, ampliando o recorte temporal e buscando atentar aos vínculos transnacionais estabelecidos através de congregações religiosas estrangeiras com atuação no Brasil. Além disso, atualmente busco – diferente do que foi realizado na tese – atentar às

trajetórias individuais, e, aqui, a História Oral tem um papel fundamental.

Diego Omar – Como foi pra você, sendo mulher, escrever sobre mulheres, religiosas, sempre tão mediadas, social e institucionalmente, por olhares masculinos? Seus temas, embora interessantíssimos, nunca foram muito visitados pelos historiadores da Igreja, nem mesmo aqueles que transitaram para a academia...

Caroline Cubas – Esta questão continua sendo a justificativa primeira para as minhas pesquisas. Penso que a atenção à vida religiosa feminina busca, de alguma forma, contribuir para a construção de uma percepção mais densa e complexa de nossa experiência histórica contemporânea. A questão de gênero é constitutiva dessa experiência. Como você destaca, são mulheres que conhecemos muitas vezes mediadas pelos olhares masculinos, mas que quando observadas e ouvidas mostram autonomia, engenhosidade, ousadia, criatividade. São sujeitos de agência e experiência. Na medida em que fui acessando as fontes e me apropriando das bibliografias, parecia cada vez mais evidente a existência de uma discrepância entre as ações dessas mulheres e aquilo que há escrito sobre elas.

Mesmo em termos quantitativos, quando me deparei com a quantidade de religiosas que existiam no Brasil dos anos 1970 em relação a quantidade de padres, e com a consciência dos espaços de atuação delas, a consternação só não foi maior porque sabemos como as relações de gênero se estruturam na Igreja Católica, assim como marcam os trabalhos dos historiadores da Igreja e, igualmente, da historiografia no Brasil. Em termos historiográficos, é preciso reconhecer a relevância dos estudos de história das mulheres e estudos de gênero, que há algumas décadas tensionam essa produção. O campo é consolidado no Brasil, com produção densa e uma reflexão sólida, mas segue, em certa medida, precisando justificar sua existência – especialmente em âmbito externo à Universidade -, o que me parece ser um indicativo de que há muito ainda a ser realizado. Especificamente sobre a vida religiosa feminina, a produção acadêmica me parece ainda bastante incipiente. Temos bons trabalhos, mas poucos, em termos quantitativos. Neste campo, seguem incontornáveis os trabalhos da teóloga Uta Ranke-Heinemann, da antropóloga Miriam Grossi e da socióloga Maria José Rosado.

Diego Omar – Eu gostaria de explorar contigo dois sentidos apontados no seu trabalho, que acredito que sejam grandes contribuições. Você estudou um momento, um contexto muito importante para a Igreja: o Concílio Vaticano II. O mundo estava mudando muito rapidamente e, de repente, a Igreja Católica mergulhou nesse movimento. Dali para frente é muito comum ressaltarmos que mudou, mas esse é apenas um aspecto. Gostaria que nos dissesse um pouco do que você vê na vida religiosa feminina como herança, de longa data, ou longa duração, com preferem os historiadores. Ou seja, um exercício de enxergar essas freiras como herdeiras da vida conventual e das concepções de educação feminina construídas desde a Idade Média até os primeiros séculos da

modernidade.

Caroline Cubas – Atualmente, em função de minha vinculação ao PPGH da Udesc, cuja área de concentração é a História do Tempo Presente, a questão da temporalidade tem se colocado como central em minhas investigações. Digo isso porque me parece que um dos elementos que nos ajuda a entender a pervivência da Igreja como instituição ao longo dos séculos é justamente sua capacidade de se fazer presente. De responder, em certa medida, as demandas do tempo em que habita. Este presente, aqui entendido a partir da leitura de Koselleck, formado pela confluência de espaços de experiência e horizontes de expectativas. Assim, quando falo desta capacidade de atualização da Igreja, me refiro a uma sorte de enlace entre aspectos que definem a Igreja Católica e que foram forjados no tempo e projetos de futuro, de uma Instituição que se deseja universal, que advoga um projeto universalizante, e que precisa construí-lo, garanti-lo a partir de um presente que se altera.

A vida religiosa feminina, de forma similar, me parece igualmente marcada por essa experiência temporal. Há o vínculo a uma congregação, que tem um carisma, um eixo de atividades e uma história de fundação que se vincula institucionalmente a Igreja Católica. Então, a escolha pela vida religiosa significa, em certa medida, aceitar esta herança imaterial. Mas é importante pensar que esta escolha acontece em um presente, e que essa herança não é estanque. Ao contrário, ela me parece cada vez mais fluida e permeável. Com isso quero dizer que a experiência no tempo imputa novos elementos à esta herança.

Movimento similar ocorre em relação as expectativas de futuro. Ingressar em uma congregação religiosa em 2026 é algo bastante distinto em relação a ingressar na mesma congregação em 1962, e não apenas por uma questão contextual. É preciso pensar que as projeções de futuro (que têm dimensões coletivas e subjetivas) também atuam na escolha e nos sentidos atribuídos a ela. Quando falamos da vida nas casas de formação, da educação feminina, existem questões que são constantes. A obediência, por exemplo. É um voto. É uma constante. Mas isso não quer dizer que a obediência apregoada nos conventos medievais é a mesma observada no século XXI.

Lembro que quando comecei a pesquisar a vida religiosa feminina, ela me parecia algo bastante anacrônico. Tenho me afastado cada vez mais dessa ideia e creio que ela era fundamentada, na verdade, por uma visão bastante limitada e um tanto linear do que vem a ser o presente. Penso que a vida religiosa feminina, que é atravessada por estas distintas temporalidades que a constituem, é uma forma – dentre tantas outras – de experiência no tempo presente. Talvez ela não seja a escolha mais evidente, diante de tantas outras possibilidades (e isso pode ser atestado pela diminuição de ingressos relatada por várias congregações), mas creio que é preciso pensá-la como uma experiência no tempo.

Diego Omar – Depois queria que você também assinalasse as mudanças. O título do

livro é muito intrigante, sobretudo como você dribla a noção mais convencional de hábito para indicar as transformações, a militância e o engajamento de freiras durante a ditadura – algo que também não estava muito estudado...

Caroline Cubas – Creio que a conversa a este respeito segue a lógica da questão anterior, no que tange a necessidade de se pensar a experiência no tempo. No caso do título do livro “Do hábito à resistência”, a ideia foi justamente chamar a atenção para a existência de ações diversas que podem ser entendidas como de resistência à ditadura. Isso obriga uma reflexão sobre a noção de resistência e uma ampliação – que acompanha uma historiografia contemporânea – das dimensões daquilo que consideramos como o âmbito do político.

Como busco demonstrar, as ações das religiosas ocorriam nos lugares que eram ordinariamente ocupados por elas – com exceção dos movimentos de rua, passeatas, manifestações, etc. Esses lugares, que eram muitas vezes os seus espaços tradicionais de atuação, eram reinventados. Em uma leitura certauniana, diria que essas religiosas transformavam limites em possibilidades. Mas ainda em relação à questão do título, creio que o “jogo” fica mais explícito no título da tese de doutorado, que se chama “Do hábito ao ato”. Lá, a ideia foi evocar o amplo sentido de hábito (as vestimentas, os gestos e os costumes que caracterizam o “jeito de freira”, conforme a expressão cunhada por Miriam Grossi) e demonstrá-lo em consonância com a ideia de “ato”, que fora promovida pelo Concílio Vaticano II, mas que acabou excedendo as orientações Conciliares.

A ideia não é opor o hábito ao ato, mas demonstrar que o ato vem justamente desse hábito, entendido como multiforme e inserido em um tempo. O ato ao qual o título se refere é tanto aquele que foi promovido pelos documentos conciliares quanto o que foi, por vezes, entendido como subversão destes. E penso que isso é importante também no sentido de se tensionar a percepção de que as mudanças são consequência do Concílio. Lembro que o professor Rogério Luiz de Souza, já na orientação de minha dissertação de mestrado, chamava atenção para este aspecto. Para o fato de que o Concílio institucionalizou movimentos que vinham acontecendo de forma autônoma em comunidades. Neste sentido, muito do que observamos nas ações das religiosas nos anos 1960 e 70 advém de movimentos anteriores. Logo, o ato – que por vezes é lido como transformação pós-conciliar – deve ser analisado conjugado ao hábito – construído no tempo.

Diego Omar – Quando eu estava pensando nesta entrevista uma dificuldade foi pensar em um pesquisador ou pesquisadora contemporâneo/a, que não estivesse preso à história oral que registra apenas as memórias mais institucionais ou então das religiões hegemônicas. Aí lembrei do seu trabalho, porque mesmo que trate do catolicismo você aponta para memórias encobertas “pelo silêncio e pelo anonimato”. Na pesquisa do doutorado você usa vários documentos, mas você chegou a entrevistas freiras? Elas

queriam ou se sentiam à vontade para falar sobre repressão, por exemplo?

Caroline Cubas – Como falei anteriormente, a História Oral é uma prática presente desde a minha formação e segue em minha atuação como pesquisadora. Ainda que durante a elaboração da tese as entrevistas não tenham sido a fonte primeira, tive a oportunidade de realizá-las com algumas religiosas. No caso da tese, como a proposta foi a construção um grande mapeamento de ações que pudessem ser consideradas como de resistência ou oposição à ditadura militar, privilegiei outras formas de registros (particularmente a imprensa periódica e os documentos advindos da polícia política e disponibilizados por projetos como o Brasil Nunca Mais e o Memórias Reveladas) que me possibilitassem uma visão mais panorâmica, já que a tese se dedica ao território nacional.

As entrevistas permitem um outro tipo de acesso e relação com a memória, por isso não foram tão acionadas na elaboração do texto. No caso das entrevistas realizadas, posso dizer que as religiosas se sentiam à vontade para falar a respeito de suas vivências e suas experiências. Se mostravam animadas em saber do interesse por suas vivências, as quais contavam sempre com alguma reserva. A questão da repressão não é um tema fácil, mas o que me chamava mais a atenção é que, na maioria das vezes, elas entendiam suas ações como coerentes com um propósito de vida religiosa, que antecedia qualquer tipo de vínculo político.

Tanto a realização das entrevistas quanto o acesso aos arquivos das congregações, quando aconteciam, dependiam da construção de vínculos de confiança, que, na maioria das vezes, existia através da mediação de terceiros. Por vezes devo dizer que ter estudado em um colégio confessional pendeu de forma favorável. Era como um atestado prévio de credibilidade.

Diego Omar – Bem, saindo agora do campo mais estrito ao catolicismo, há algo que me incomoda bastante. Na verdade, dois movimentos mais ou menos correlatos: uma tendência a associar essa interface entre história oral e religiões apenas aos grupos cristãos (ou às expressões mais públicas da fé, que já são bastante aceitas socialmente) e também ao fato de que fazemos isso apenas dentro de nossas pesquisas, de tal modo que não há acervos preservados com memórias religiosas mais plurais. Eu particularmente acho uma pena que não atuemos na preservação e disponibilização dessas “outras” memórias, de modo que novos pesquisadores possam acessar nossas entrevistas com religiosos/as. Gostaria de saber como você vê esse processo a partir do campo da História Oral?

Caroline Cubas – A construção de acervos é realmente um grande desafio. Penso que muito da limitação acaba ocorrendo em função da própria estrutura acadêmica concernente a pesquisa em História (e em Ciências Humanas, de forma mais ampla) no Brasil. Com algumas exceções, estas pesquisas acabam tendo a Universidade como espaço possível de realização. A estrutura universitária impõe limites, ao exigir dos

pesquisadores tarefas que vão além do ensino e da pesquisa. Penso que muitas vezes as entrevistas acabam ocorrendo apenas vinculadas aos projetos de pesquisa por essa razão pragmática. O que, concordo contigo, é uma pena.

Atualmente há um esforço de ampliação das pesquisas através do incentivo das agências de fomento (com reconhecidos limites) a projetos mais amplos, em rede, e que excedam apenas aos resultados bibliográficos. Através destes projetos podemos, talvez, desenhar a construção de acervos mais amplos, no que diz respeito a salvaguarda dessas memórias, pensando na possibilidade de pesquisas futuras. A aliança com práticas extensionistas – ainda que a implementação seja bastante desafiadora, especialmente pensando na estrutura dos programas de Pós-Graduação – também emerge, a meu ver, como um espaço de possibilidades.

Mas existem experiências exitosas, nas quais podemos nos inspirar. Na Udesc, temos um laboratório vinculado ao Departamento de História que acabou de tornar público o resultado de um projeto que vai nesta direção. Me refiro ao projeto “Memórias de Terreiros”, uma iniciativa do Aya – Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. No projeto, eles registraram entrevistas em 10 terreiros com o objetivo de patrimonializar a memória e os saberes provenientes destas comunidades. As entrevistas estão disponíveis no site do Laboratório.

Em nossos projetos de pesquisa, um pequeno passo tem sido o compromisso com a disponibilização das entrevistas realizadas. A intenção é que isso aconteça através dos sites institucionais dos laboratórios dos quais participo, o Laboratório de Estudos da Contemporaneidade e o Laboratório de Ensino de História, mas é tudo muito inicial e limitado. O ideal seria atuar de forma ampla, para que estas entrevistas não fiquem alocadas de forma dispersa, mas em um grande banco coletivo, alimentado por vários projetos. Existem desafios de ordem prática e logística, mas creio que é possível.

Diego Omar – Outro elemento que seria possível explorar seria a experiência geracional. Muitos de nós entrevistamos pessoas que atuaram na defesa das liberdades civis e democráticas, nos mais diferentes movimentos, e que fazem parte de uma geração que está se exaurindo. Fiéis de outros tempos, com outras configurações religiosas, não tão abertas à mobilidade (ou ao trânsito como hoje). Isso também está no radar das duas pesquisas?

Caroline Cubas – É uma ação prevista e bastante promissora, mas ainda não implementada. Neste momento, tento ampliar a pesquisa na imprensa periódica para além do recorte da ditadura militar, seguindo até a Constituinte e, simultaneamente, estamos organizando de forma tipológica os processos do Memórias Reveladas. A intenção é partir destas tipologias para as entrevistas, primeiramente em Santa Catarina. Queremos, a partir do mapeamento realizado, partir para análises mais circunscritas ao detalhamento das experiências vividas. No caso das minhas pesquisas, sigo com as religiosas católicas. Mas é verdade que esta questão geracional evidencia diferentes

formas de experiência e relação com a fé. “Fiéis de outros tempos” é um bom mote para um projeto...

Diego Omar – Eu tinha em mente na pesquisa anterior a problematização que Danièle Hervieu-Léger faz da própria ideia de ser fiel em tempos de desfiliação e desinstitucionalização religiosa. Em um dos seus textos você também aciona um pouco da ideia da Hervieu-Léger de religião pela memória (ou como memória) e relaciona isso com a leitura de Reinhardt Koselleck, afirmando que “a religião conforma experiências e expectativas”. Indo um pouquinho adiante, pontua também que em “diferentes práticas religiosas essa incorporação de acontecimentos a um passado sempre lembrado e coletivizado se dá através de celebrações, ritos e práticas que se repetem e, assim, presentificam tais acontecimentos, tornando-os experiência para aqueles e aquelas que não os viveram”. Residiria aí a maior potência da história oral para tratar de religiões e religiosidades?

Caroline Cubas – Não sei se é a maior, mas uma delas, seguramente. Especialmente porque creio que é a História Oral que nos permite acesso a esta experiência. Aos significados que são atribuídos a ela, para além daquilo que é institucionalizado. Sabemos que as fontes, quaisquer que sejam, tem limites e respondem às perguntas realizadas. Elas trazem consigo exigências de ordem metodológica e compromissos éticos. Com a História Oral não é diferente.

O que é especial, penso, é o universo de possibilidades que ela coloca diante de nós. A ocasião da entrevista, a narrativa proveniente e construída dialogicamente, os desafios de elaboração da fonte e o exercício frequente com o distanciamento necessário e as expectativas, atualizadas a cada encontro. Cada momento do trabalho com História Oral traz abertura para reflexões de ordens distintas, éticas, metodológicas, epistemológicas. No que tange à memória e a experiência, a História Oral tem lugar privilegiado e nesse sentido, para a abordagem das religiões e religiosidades as possibilidades são potencializadas.

Se o interesse se assenta na maneira como a religiosidade é vivida, os sentidos atribuídos à fé, os significados atribuídos por um determinado grupo à religião como elemento constitutivo da vida em sociedade ou a presentificação dos acontecimentos, apenas para citar alguns exemplos, o relato acaba sendo nossa possibilidade de acesso à memória (construída e narrada). Na narração observamos estes tempos entremeados, e que ganham sentidos através da experiência que é subjetiva, mas possibilitada pela condição de participação em uma coletividade. É a sedução de uma história presente.

Diego Omar – Uma outra coisa que vêm também desse texto, principalmente na primeira parte em que você evoca as contribuições do Michel de Certeau, é o quanto avançamos nos últimos anos – em diálogo com outras disciplinas das humanidades, em especial com a antropologia – quando abordamos as oralidades, em especial de

povos e comunidades tradicionais que situam suas experiências (inclusive aquelas que chamamos de religiosas) fora dos limites mais estreitos da racionalidade ocidental. Não faz muito tempo que essas outras cosmologias surgiam de modo folclorizado até mesmo nas universidades. Mas isso tem mudado rapidamente e começam a surgir trabalhos em que se entrevistam entidades, plantas e animais, no universo do perspectivismo ameríndio, por exemplo. Por outro lado, a gente vê cada vez mais um investimento em tratar de ancestralidades, memórias que fazem parte de um processo de retomada de identidades. Gostaria de saber como você vê esse processo.

Caroline Cubas – Como busquei tratar no artigo, penso que esse vínculo interdisciplinar é fundamental. Particularmente para o campo da História do Tempo Presente, com preocupações bastante assentadas nas questões da memória e de nossas relações com o tempo. Essas relações com o tempo se realizam através de vínculos de distintas ordens. Nesse sentido, a reivindicação das identidades e das ancestralidades operam como elementos constitutivos destes vínculos. Sei que estes temas são bastante centrais nos debates pós-coloniais e decoloniais, os quais acompanho, mas com uma leitura deveras superficial. Acredito que caminhamos em direção ao reconhecimento dessas cosmologias como elementos culturais, como saberes característicos de povos e comunidades, como conhecimento e como formas de acesso ao mundo que devem ser preservados, respeitados, e considerados – naquilo que podemos apreender. Creio que nossa relação com o meio ambiente seja o espaço que mais evidencia nossa urgência em conhecer formas distintas de organização e de existência.

Por outro lado, pensando o campo da história das religiões e religiosidades, a incorporação destes conhecimentos ao espaço acadêmico segue, na minha leitura, sendo um desafio. Avançamos no que se refere a uma sorte de desierarquização destes saberes – acredito, ao menos, que trabalhamos nesta direção. Por outro lado, me parece que as ferramentas das quais dispomos para o trabalho empírico e analítico em âmbito acadêmico não são adequadas a certas proposições, afinal falamos de conhecimentos fazem sentido e conformam experiência para as comunidades que os compartilham. Especialmente quando pensamos questões referentes às religiões e religiosidades, creio que não podemos prescindir do princípio da laicidade. A fé e a crença não podem ser as prerrogativas para a realização de uma pesquisa.

Recebido em 14/04/2026

Versão final reapresentada em 15/04/2026

Aprovado em 17/04/2026

Conflitos de interesse: nada a declarar.